

BRAGATTO, Rachel Callai

Jornalista, Mestre e Doutoranda em Sociologia pela
Universidade Federal do Paraná.
<rachelbragatto@gmail.com>

Democracia e internet: apontamentos para a sistematização dos estudos da área

RESUMO

Mesmo havendo concordância de que a internet, em certa medida, transforma a relação dos indivíduos com a informação política e de que pode propiciar distintas formas de relação entre a cidadania e o Estado, não há ainda clareza a respeito do tipo de impacto gerado e nem do seu alcance. Nesse sentido, o presente artigo, por meio de um mapeamento das pesquisas sobre democracia e internet, busca identificar alguns momentos-chave da discussão e contribuir com o desenvolvimento do campo a partir de uma proposta de sistematização dos estudos. É adotada uma classificação de acordo com três clivagens principais: a primeira diz respeito à filiação dos trabalhos às vertentes social ou institucional; a segunda refere-se à plataforma teórica e às escolhas dos pesquisadores ante o arcabouço teórico utilizado e a terceira considera os tipos de impacto do meio. Por fim, é exposta uma concepção denominada "formas de uso", cuja orientação sistemática pode auxiliar no desenvolvimento de pesquisas futuras.

Palavras-chaves: democracia, internet, revisão teórica.

ABSTRACT

Despite the agreement that the internet transforms the relationship of individuals with political information up to a point and that it allows distinct ways of relationship between citizenship and the State, neither the type of impact it generates nor its extension is clear. Accordingly, through the mapping of research about the internet and democracy, the present article tries to identify some key moments of the discussion and to contribute to the development of the research field. A classification with three main divisions has been adopted: the first one is related to the affiliation of the authors in relation to the social or institutional origins; the second one refers to the theoretical platform used and to the researchers' choices in view of the theoretical framework; and the third one considers the types of impact of the internet. Finally, a conception named "forms of use", which systematic orientation may help the development of future research, is explained.

Keywords: democracy, internet, theoretical review.

Democracia e internet: apontamentos para a sistematização dos estudos da área

[Democracy and the internet: notes for a systematization of the studies at the area]

BRAGATTO, Rachel

I. Uma breve introdução

O debate sobre a participação política do cidadão e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação, especialmente da internet, não é novo. Desde o surgimento do meio em 1969¹ e, principalmente, após a invenção da *World Wide Web* em 1989, observa-se o crescimento e aprofundamento das pesquisas acerca do impacto da internet sobre o sistema democrático. Tais estudos baseiam-se em reflexões sobre a possibilidade da internet colaborar no aperfeiçoamento da experiência democrática, sendo que, por conta das suas características tecnológicas, outros elementos seriam trazidos para o debate a respeito da participação política da cidadania e, em consequência, da chamada política midiática.

132

¹ A formatação da internet como a conhecemos hoje é resultado de uma porção de avanços, em especial, o advento da tecnologia do computador. Conforme aponta Lemos, condições técnicas, sociais e ideológicas são necessárias para explicar a microinformática, já que mais do que apenas um conjunto de inovações técnicas, ela seria resultado da atitude contracultural em relação aos computadores e desafios da informatização. “Não será exagerado afirmar que a cibercultura surge com a microinformática, como uma mobilização social e uma espécie de guerrilha dos primeiros hackers do Homebrew Club (Steve Levy) contra o peso da segunda informática (sistemas centralizados, objetivos militares, tecnocracia científico-industrial, especialistas técnicos) que seguia paradigmas reforçando as ideologias da modernidade (ideologias políticas, tecnociência, burocratização dos modos de vida, desenvolvimento, etc)” (2002, p. 105). Portanto, embora a ARPANET, origem da internet, surja tendo fins acadêmicos, científicos e estratégicos, rapidamente a microinformática vai acentuar a democratização do acesso à comunicação, fazendo com que o novo meio se configure também a partir da apropriação social das tecnologias para além de sua funcionalidade técnica e finalidade econômica.

Questões tão diversas como engajamento cívico, formação da vontade política, criação ou reforço da coesão social entre grupos de interesse, participação política, capital social, cultura política, relação entre a classe dos representantes e a dos representados já foram abordadas sobre a ótica das mudanças relacionadas à inserção da internet na dinâmica social. O embate nestes estudos tem em comum a reflexão acerca das novas práticas políticas possibilitadas pela internet e se esta infra-estrutura tecnológica poderá aprimorar efetivamente as condições da cidadania nas sociedades contemporâneas.

Nessa literatura especializada em internet e política é cada vez mais comum encontrarmos verbetes como “democracia digital”, “ciberdemocracia”, “democracia eletrônica”, “teledemocracia”, “democracia virtual”, “governo eletrônico” – usualmente referindo-se a experimentos, projetos ou reflexões acerca da implantação das ferramentas da internet para aperfeiçoar o sistema democrático.

Segundo Bimber, há consenso entre os pesquisadores sobre a relevância da inserção da internet na dinâmica social, sendo reconhecidas as mudanças que ela introduz no sistema político, o que interessa especificamente a este artigo.

A internet já alcançou significado político, pois um número crescente de cidadãos a utilizam para aprender sobre as políticas e ações governamentais, discutir assuntos entre si, contatar representantes eleitos, e obter materiais relativos ao voto e outras informações que podem facilitar uma participação mais ativa na política. Todos os observadores da cena corrente concordam que a rede está expandindo dramaticamente o acesso à informação política relevante e oferecendo novas possibilidades para aprendizado e ação (1998, p. 133-134, tradução da autora).

Porém, mesmo havendo concordância que a internet, em certa medida, transforma a relação dos indivíduos com a informação

política e que pode propiciar distintas formas de relação entre a cidadania e o Estado, não há ainda clareza a respeito do tipo impacto gerado e nem do seu alcance. Eisenberg afirma que se esta indefinição preocupa o cientista social pelo fato do objeto ainda não apresentar contornos claros, “é precisamente esse grau de incerteza que impõe a necessidade de uma reflexão pragmática e normativa orientada para possíveis impactos da internet, positivos e negativos, sobre a democratização da sociedade contemporânea” (2003, p. 492).

Sendo assim, a realização de estudos com recortes cada vez mais específicos e a utilização de diferentes abordagens conceituais para se aproximar da área de ciberdemocracia, além de evidenciar uma necessária complexificação da área, acabam por colocar o próprio campo de estudos como um objeto de análise. Ou seja, as pesquisas relativas à democracia digital passam a ser também foco de sistematizações e classificações numa tentativa de organização do campo e da agenda de pesquisa. Dessa forma, a identificação de momentos-chave da discussão e propostas de categorização dos estudos tende a contribuir com a orientação das análises e a própria agenda de pesquisa a respeito do tema internet e política.

134

Esforços nesse sentido têm sido mais constantes e já são variadas as análises e os critérios utilizados para sistematizá-las (ver, como exemplo, Vedel, 2006; Chadwick, 2009). No que tange à produção nacional, pode-se destacar o artigo de Rothberg (2008) que, partindo de uma discussão da literatura sobre engajamento, capital social e esfera pública, coteja os estudos sobre os *websites* governamentais realizados no Brasil e no âmbito da União Européia e aponta uma agenda para pesquisas futuras.

Já Aggio (2010) busca organizar a literatura acerca das campanhas online no período entre 1992 e 2008, expondo os problemas de

pesquisa e as diferentes ênfases que compõem este universo e analisando a produção acadêmica realizada especialmente na Europa e nos Estados Unidos.

Por sua vez, Bragatto e Nicolás (2011) usam técnicas quantitativas para avaliar a produção nacional a respeito do tema apresentada em congressos entre 2006 e 2011 e classificam-na de acordo com a área temática, o objeto de estudo, as variáveis metodológicas e os tipos de vertentes.

O presente artigo se soma a essas iniciativas. A partir de uma breve revisão de literatura, busca identificar os momentos-chave da discussão acerca de democracia e internet e apresentar apontamentos gerais relativos à sistematização das pesquisas. Mais do que analisar detalhadamente um sub-tema específico, interessa aqui propor uma caracterização ampla que possa contribuir para a organização das análises e para a compreensão de como os pesquisadores têm abordado a temática.

Nesse sentido, inicialmente são revistos os artigos pioneiros sobre o campo, marcados por uma forte retórica a respeito da capacidade técnica da internet inserir mudanças radicais na realidade social e política. Em seguida, passa-se à análise da literatura recente e é proposta a classificação desses estudos de acordo com três clivagens centrais: a primeira diz respeito à filiação dos trabalhos nas vertentes social ou institucional; a segunda refere-se à plataforma teórica e às escolhas dos pesquisadores ante o arcabouço teórico a ser utilizado e a última considera os tipos de impacto do meio. Por fim, apresenta-se uma abordagem chamada “formas de uso” (SALTER, 2004), cuja orientação sistemática pode auxiliar no desenvolvimento de pesquisas futuras.

II. Apocalípticos e integrados

Assim como aconteceu quando da inserção do telégrafo, rádio e televisão, os debates sobre o impacto da internet nas relações políticas entre cidadão e Estado vieram acompanhados do que se pode chamar de discurso da potência técnica – retóricas a respeito de mudanças radicais que se dariam a partir da apropriação social e política de novos artefatos tecnológicos.

Ao longo da história esteve presente a idéia de que novas tecnologias, tanto as de comunicação como as de transporte, fomentariam, revigorariam ou provocariam rupturas no sistema democrático². Para Dahlberg,

Cada nova tecnologia da comunicação, do telégrafo à televisão a cabo, parece difundir uma onda de entusiasmo em relação ao potencial das tecnologias da comunicação transformarem a democracia. Agora a internet está sendo celebrada como o meio pelo qual a democracia será fortalecida e estendida. Como nas encarnações anteriores da democracia eletrônica, uma grande variedade de reivindicações é feita a respeito do potencial democrático da internet (2001, p. 158, tradução da autora).

136

Desse modo, é adequado que parte das concepções iniciais, chamadas

² Em sua dissertação de mestrado, Sivaldo Pereira da Silva (2005) faz um apanhado sobre os quatro momentos em que os discursos sobre a técnica geraram retóricas utópicas a respeito das transformações políticas propiciadas pela inserção de novas tecnologias na dinâmica social. De acordo com ele, o primeiro momento seria o do surgimento das redes telegráficas e ferroviárias, quando, com o encurtamento das distâncias, observou-se um certo otimismo e a esperança do estabelecimento de uma nova ordem mundial. Com o advento do rádio, tais expectativas tomam um novo fôlego e observam-se concepções acerca da potencialidade do meio ampliar a democracia de massas e fortalecer a prática política. O terceiro momento seria o da TV a cabo e telecomunicações, durante o qual percebem-se discursos semelhantes aos dos momentos anteriores, destacando a capacidade da tecnologia de melhorar o sistema democrático. O quarto momento é o que vivemos hoje, com as tecnologias da comunicação e informação, em especial os computadores e redes telemáticas, no qual os discursos a respeito da potencialidade da técnica reaparecem com força.

por Lemos (2002) de “imaginário da cibercultura”, dêem grande valor às capacidades técnicas do meio e vislumbrem amplas consequências para a inserção dos novos instrumentos da internet no ambiente político.

Como exemplos deste grupo, que julga que as transformações geradas pela inserção da internet na dinâmica política são positivas e fortes, é possível citar teóricos como Levy (1995, 1999), Negroponte (1995), Rheingold (1996) e Rosnay (1997). Tendo grandes expectativas sobre a democracia mediada por computador, partem da aceção de que as ferramentas da internet permitiriam uma relação com a informação e com os emissores das mensagens distinta da dos meios de comunicação tradicionais, estabelecendo que esta nova lógica seria acompanhada por um novo ambiente político. Para eles, a internet traz consigo a possibilidade de reorganização social e as novas tecnologias abrem as portas de um novo mundo, no qual o modelo de comunicação de massas é revisto, acentuando a democratização do acesso à informação. Elas teriam um enorme potencial emancipatório e serviriam como fonte de criação de inteligentes coletivos e de resgate comunitário.

Esses autores acreditam que, em certa medida, as características intrínsecas do meio trabalhariam a favor da redução de disparidades, baixando o custo da informação e aproximando não apenas pessoas de pessoas, mas também de instituições e da informação em geral. O meio poderia, deste modo, estimular a participação e o engajamento social, fortalecendo a democracia e desempenhando um papel emancipador. Devotam grande relevância aos aspectos técnicos, não encontrados conjuntamente em nenhum outro meio, como a horizontalidade na comunicação, a falta de hierarquia e controle central, a possibilidade de uso para a comunicação massiva e individual, os recursos multimídias, as diversas opções de interação,

o sistema de armazenamento de dados maior que qualquer biblioteca, o modelo de navegação hipertextual e não linear, entre outros.

Contudo, os olhares sobre a potência da técnica nem sempre foram positivos. Do outro lado deste embate, encontram-se pesquisadores que defendem posições quase que radicalmente opostas às apresentadas acima. Virilio (2000) e Baudrillard (2005) preocupam-se com a tendência do meio de gerar uma maior estratificação social e com o controle das populações através da robótica e da informática. Estes estudiosos acreditam que a elite será a maior beneficiária, já que com seus recursos utilizará a internet de maneira mais produtiva, tendência reforçada pelo acesso a melhores conexões e suporte técnico. Apontam a possibilidade do meio colaborar para uma maior estratificação da sociedade, para o distanciamento da realidade e para a transposição para o ciberespaço de formas de controle já perpetuadas no mundo em que vivemos.

138

Desde o seu primeiro livro *Bunker archéologie*, publicado em 1975, Paul Virilio denuncia os perigos da técnica e os estragos do progresso no domínio militar e civil. Um obcecado, como ele mesmo se reconhece, com o tema dos acidentes, acredita que a cada tecnologia corresponde um novo tipo de “milagre ao contrário”, isto é, inventar o navio seria inventar o naufrágio; inventar a eletricidade seria inventar também a eletrocussão – “cada tecnologia veicula sua própria negatividade, que é inovada ao mesmo tempo em que o progresso técnico” (2000, p. 95). O autor afirma que

sem a liberdade de criticar a técnica, também não há qualquer ‘progresso técnico’, mas somente um condicionamento... e quando este condicionamento se torna cibernético, como é hoje o caso com as novas tecnologias, a ameaça é considerável (2000, p. 11).

No entanto, como aponta Coleman (1999), o debate nesse período se

deu por meio de termos vagos, faltando uma clareza sobre qual a pergunta-chave que deveria conduzir as pesquisas. James Bohman reforça esta idéia ao afirmar que

Tanto as posições otimistas quanto as pessimistas sofrem de claros problemas conceituais. Otimistas acreditam que o modo de comunicação ou a mediação tecnológica seriam, por si mesmos, constitutivos de novas possibilidades. [...] Pessimistas cometem o erro oposto ao manter as instituições fixas, as instituições do estado-nação soberano (2004, p. 131, tradução da autora).

Porém, com o amadurecimento das pesquisas, observam-se o aperfeiçoamento e refinamento dos estudos, propondo uma leitura da internet sem isolá-la, sem avaliá-la de modo hermético, isto é, buscando compreender não apenas o impacto do meio na nossa sociedade, mas o impacto da nossa sociedade sobre esta ferramenta criada e desenvolvida por homens. A internet é uma invenção da humanidade e nesse sentido tende de alguma forma a refleti-la, a espelhá-la.

[...] a tecnologia sempre foi, desde o princípio dos tempos, uma ferramenta de interesse humano e objetivo humano, que tende a espelhar a sociedade que a inventou. Nós olhamos para as tecnologias de *network* para resolver problemas que foram criados no mundo 'real'. Embora olhemos (e esperemos) novas e iminentes formas de organização política por meio da nova tecnologia que não estão necessariamente presentes no nosso mundo, isto é um erro (BARBER, 2000, p. 2, tradução da autora).

Os caminhos trilhados a seguir procuram superar este momento inicial “integrados *versus* apocalípticos”³ e se debruçam sobre questões, na maior parte das vezes, mais específicas. A questão geral

³ A expressão “apocalípticos e integrados”, reconhecida por ser o título de um dos mais famosos livros de Humberto Eco, é usada aqui com o mesmo cuidado e intenção do autor em questão. No prefácio da obra, Eco (2006) afirma que, embora o termo seja bastante genérico, vago, por vezes injusto com os autores a que se refere e acabe por se constituir em um “conceito fetiche”, seu uso faz sentido na tentativa de identificar as linhas metodológicas gerais, procurando organizar o trabalho, no caso do autor italiano, a respeito das problematizações da cultura de massas, da cultura popular e da alta cultura. Foi a mesma intenção perseguida nesta seção, porém com outro objeto e tema de pesquisa.

“a internet produzirá transformações no ambiente democrático?” pode ser complementada pela “em que medida e direção a internet produzirá transformações no sistema democrático?”. Os pesquisadores passam a se questionar e enunciar, ao menos de forma um pouco mais clara e articulada, a partir de qual plataforma conceitual partem para estudar as transformações produzidas pela internet no ambiente democrático e também o tipo das transformações e dos efeitos esperados. Além disso, percebem-se abordagens mais específicas, focadas em determinados nichos de análises e não mais apenas no debate ao redor da noção geral de internet e política.

III. Das vertentes social e institucional

A primeira clivagem importante de se observar nos estudos mais recentes é a que diz respeito às distinções entre as ênfases social e a institucional de estudo da ciberdemocracia. Em uma contribuição ao mapeamento do campo em questão, Gomes esclarece que, ao modo do que ocorre nos estudos acerca da democracia, na literatura especializada em democracia digital há também uma diferenciação entre a pesquisa com ênfase na sociedade e a com ênfase no Estado. Como objeto da primeira, a “vertente social”, estariam as implicações do meio no engajamento cívico, esfera pública, deliberação política online e sua relação com o capital social. Já a “vertente institucional” teria três endereços:

- a) o estudo sobre a conformação digital das instituições da democracia em sentido estrito (cidades e governos digitais, parlamentos online) ou lato (partidos políticos online); b) as iniciativas institucionais no vetor que vai do Estado aos cidadãos (como a prestação de serviços públicos online e governo eletrônico); c) iniciativas institucionais no vetor cidadãos-Estado (oportunidades de participação ou de oferta de inputs por parte da cidadania na forma de votos, respostas a sondagens, decisões ou sugestões orçamentárias, registro e discussão de opiniões em fóruns eletrônicos, etc) (2007, p. 11).

Os estudos que se enquadram na vertente social têm em comum a preocupação com a formação e as aptidões políticas da cidadania no ciberespaço. Questionam como a internet e suas ferramentas podem propiciar locais adequados para a formulação de preferências, para o fortalecimento das ligações entre grupos de interesse, para a organização de demandas sociais e para o amadurecimento de posições políticas e ideológicas. Em suma, voltam-se para questões relativas à construção da cidadania, só que sem uma ligação direta e explícita com as instituições do sistema democrático (partidos políticos e poderes executivo e legislativo, em especial).

Para exemplificar algumas destas análises é possível citar a pesquisa que Best e Krueger (2005) desenvolvem e que, em certa medida, dá seqüência à tradição dos estudos de cultura cívica de Almond e Verba (1989). Os autores buscam estabelecer padrões de participação política e questionam se há diferença entre os indicadores de participação online e offline. Ao fim e ao cabo, interessa-os saber em que medida a participação online é distinta da offline e se a primeira reflete ou distorce a participação política em geral da população.

Já um artigo de Mitra e Watts (2002) trata de *cybercommunities* e de como elas operam nos espaços discursivos da internet. Os autores propõem que o ciberespaço seja compreendido como um espaço discursivo e que conclama para uma análise textual/ discursiva/ retórica focada na eloqüência da representação como o principal modo pelo qual as pessoas e instituições dão voz a si mesmas.

Por sua vez, Papacharissi (2004) parte do pressuposto de que se o ciberespaço tem a capacidade de realmente reviver a esfera pública, ele deve promover civismo. Nesse sentido, explora o potencial do discurso civil na internet examinando o nível de civismo em grupos

de discussão de política. Dahlgreen (2005), ainda que não de forma exatamente similar, também trabalha com os conceitos de esfera pública e cultura cívica na rede. Graham e Witschge (2003) do mesmo modo dedicam-se ao tema da esfera pública, em especial quanto à qualidade do debate, analisando em que medida os fóruns online alcançam os ideais normativos do debate público. Heng e Moor (2003) descrevem como uma ferramenta colaborativa (GRASS – *Group Report Authoring Support System*) foi conceitualizada e desenvolvida em consonância com os princípios da teoria crítica habermasiana.

Já a vertente institucional direciona-se a discussões referentes ao impacto da internet no modo de relacionamento entre o sistema político e o cidadão. As ponderações presentes nestes estudos são de ordem mais estrutural, pois dizem respeito à própria organização do ambiente e da dinâmica democrática e, em consequência, da ligação entre as instituições do Estado democrático e a cidadania.

142

Dentre os autores e artigos próximos a esta vertente, observa-se a pesquisa de Ferber *et al.* (2005) que avalia sítios legislativos em busca de interatividade, chegando à conclusão de que, mais do que participação política, as experiências podem encorajar o engajamento cívico (objetivo que o trio já havia perseguido, de forma menos elaborada, em artigo anterior, vide Ferber *et al.*, 2004). Ainda no contexto das políticas locais, Wicklund (2005) conduz uma análise a respeito dos serviços públicos oferecidos na internet pelas municipalidades suecas a partir de uma abordagem normativa focada no modelo discursivo habermasiano de democracia deliberativa. Conclui que os serviços disponíveis são suplementos das instituições existentes e que não disponibilizam espaços de tomada de decisão – o que limitaria os ideais deliberativos.

De maneira menos específica, Coleman (1999) em seu artigo “*Can the*

New Media Invigorate Democracy?” propõe como questão de pesquisa a capacidade das tecnologias da comunicação e da informação melhorarem a relação democrática entre a maioria que é representada e a minoria eleita para representá-los. Partindo de uma questão de fundo semelhante a do autor inglês – a competência técnica da internet ampliar a qualidade e extensão da participação pública nos governos – mas tomando um rumo diverso, Kakabadse *et al.* (2003) examinam os problemas atuais da democracia representativa e propõem quatro modelos de democracia eletrônica, que seriam equivalentes, segundo eles, aos modelos da teoria democrática – burocracia eletrônica, administração de informação, populista e sociedade civil.

143

Por meio dos estudos exemplificados, é possível observar que, para além da distinção entre as vertentes institucional e social, começam a despontar algumas questões normativas relativas aos modelos de democracia – um pano de fundo usual nas análises, como logo veremos. Portanto, vencida esta etapa, seguimos para a próxima clivagem, que trata das classificações dos estudos de ciberdemocracia a partir da plataforma teórica adotada.

IV. Das escolhas da plataforma teórica

Visões distintas da democracia sempre estiveram presentes nas discussões de teoria política. A pergunta acerca de quais requisitos básicos deveriam compor a democracia para a sua efetivação recebe variadas respostas, de acordo com os modelos de democracia a que se filiam os autores. Com a inserção da internet, tais diferenças são também transpostas para os debates acerca da democracia digital e pretende-se nesta seção delinear as principais retóricas encontradas no debate.

Dahlberg identifica três “campos” proeminentes no estudo da ciberdemocracia: o liberal-individualista, o comunitário e o deliberativo.

Esses três campos de democracia eletrônica são distintos pelos seus respectivos entendimentos da legitimidade democrática. Para o liberal individualista, um modelo democrático ganha legitimidade quando permite a expressão de interesses individuais. Para o comunitarismo, um modelo democrático é legitimado pelo fomento ao espírito e valores comunitários. Já para a democracia deliberativa, um modelo democrático é legítimo se facilita o discurso racional na esfera pública. Todas essas três posições podem ser identificadas na retórica e prática a respeito da relação internet – democracia (2001, p. 158, tradução da autora).

Abarcando uma série de abordagens que partem da idéia de que o cidadão precisa ter autonomia para poder expressar suas preferências, o modelo liberal-individualista entende que a existência de informações políticas é fundamental para dar condições adequadas de escolha ao sujeito. Portanto, ao oferecer o maior e mais completo banco de dados e disponibilizar informações atualizadas sobre diversos assuntos e de distintas fontes, o que maximizaria o fluxo de informações e a competição de interesses, a rede permitiria a execução dos princípios em questão. Além disso, a internet é uma ferramenta eficiente no que tange a uma adequada promoção de escolhas políticas, na qual o cidadão pode se constituir de maneira livre para tomar decisões. O meio seria ainda uma forma efetiva e barata de oferecer serviços, desde os referentes à submissão de doações para campanhas, passando pela emissão de documentos oficiais e chegando ao atendimento online⁴.

144

Porém, ao contrário dos liberais, para quem a centralidade

⁴ Para conhecer alguns trabalhos que tocam nestes princípios ou com perspectiva relacionada vide: Thomas (2000); Norris (2001, 2003); Netchaeva (2002), Porte, Demchak e Jong (2002).

democrática está na autonomia do indivíduo, os comunitaristas enfatizam o coletivo, os laços comunais e o senso de pertencimento. Nessa corrente, a democracia só se sustenta se os valores forem compartilhados e as relações reforçadas, produzindo assim engajamento cívico e capital social. Para os eles⁵, a comunidade deve prevalecer frente ao indivíduo, porém favorecendo a expressão individual, a liberdade e a própria democracia. A identidade da comunidade e a subjetividade nas relações são fundamentais para esta perspectiva.

Em consequência, a comunicação de mão dupla propiciada pela rede e a sua descentralização permitiriam um uso nem comercial e nem governamental, o que possibilitaria a instalação de comunidades virtuais e reforçaria os elos comunais. Conforme afirma Dahlberg, “continuando a unir estas posições está a crença de que a internet apenas irá fortalecer a participação democrática se fortalecer a comunidade ao fazer com que as pessoas juntas descubram e construam a partir do que elas têm em comum” (2001, 166, tradução da autora).

Assim como os comunitaristas, os deliberacionistas acreditam que o modelo democrático não deve ser definido pela simples agregação de interesses particulares. Contudo, a conformação da comunidade por meio dos laços sociais é superada pela idéia de público, na qual a democracia é justificada somente na medida em que torna possível o uso público da razão, o embate discursivo. Já em relação aos liberais, os deliberacionistas, de modo geral, também *reconhecem direitos e liberdades, mas não abrem mão da participação dos cidadãos no processo de formação da opinião e da decisão política.*

⁵ Para conhecer alguns trabalhos que tocam nestes princípios ou com perspectiva relacionada vide: Rheingold (1996); Wellman *et al.* (2001); Borgida *et al.* (2002); Malina (2002); Sander (2005); Klein (1999).

Habermas (2003, p. 92), teórico que ocupa posição de destaque nesta corrente, desenvolve um conceito central, o de esfera pública, “[...] descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de decisão e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. Esta estrutura comunicacional tem como função captar e sistematizar os problemas da sociedade e pode-se dizer que é a arena institucional em que se dá a deliberação racional. Posicionada entre o espaço individual/privado e o Estado, ela permite a discussão livre das decisões.

Nesse sentido, as capacidades interativas e o vasto arcabouço informacional propiciados pela internet facilitariam que os cidadãos comunicassem-se diretamente, de forma mais plural e independente. As possibilidades de, por meio da rede, trocar serviços e informações, realizar fóruns públicos, mesas de discussão e conferências online vão ao encontro dos conceitos desta perspectiva⁶.

146

Além destas três correntes, uma quarta ocupa espaço significativo no mapeamento do campo em questão e não deve ser ignorada: a idéia da democracia forte, direta ou participativa. Os adeptos desta concepção julgam problemática a pouca influência que o cidadão possui sobre os processos de tomada de decisão, isto é, sua baixa efetividade política. Para eles, a soberania popular deveria ser restaurada, garantindo que a decisão política legítima só se desse por meio do controle e participação direta do público. Cabe à cidadania

⁶ Para conhecer alguns trabalhos que tocam nestes princípios ou com perspectiva relacionada vide: Brants (2002); Mitra e Watts (2002); Witschge (2002); Graham e Witschge (2003); Heng e Moor (2003); Bohman (2004); Dahlgreen (2005); Wicklund (2005).

não apenas se informar e definir representantes, mas sim produzir de fato e de forma direta os *outputs* referentes às questões públicas.

Dessa maneira, os defensores deste modelo questionam se com a internet haverá condições técnicas para o auto-governo popular ou, no mínimo, para aprimorar as formas de decisão política nesse sentido⁷: “Em um melhor caso, a internet suplementaria as instituições políticas existentes. Aqui a democracia por computador seria baseada em uma comunidade já existente e usada para distribuir e coletar informações e para fomentar a deliberação” (BUCHSTEIN, 1997, p. 260, tradução da autora).

A partir da exposição deste breve mapeamento em torno destes quatro modelos teóricos de democracia digital, percebe-se que existem diferenças e ênfases conceituais em determinados aspectos da teoria democrática. Porém, para concluir a tarefa de mapear as retóricas políticas presentes no ciberespaço, é necessário ainda tratar dos tipos de impacto da internet sobre as relações políticas.

V. Dos tipos de impacto previstos

Percebe-se que há também entre os pesquisadores variações na compreensão do tipo de impacto gerado pelo novo meio nas questões políticas, isto é, se ele é positivo, negativo ou ambíguo. Tal avaliação está ligada à escolha dos referenciais teóricos, já que modelos mais exigentes quanto aos critérios do que pode ser considerado participação da esfera civil e, portanto, benigno para a democracia, têm mais chances de verem frustradas as suas demandas. Todavia, tanto autores de correntes mais “progressistas”

⁷ Para conhecer alguns trabalhos que tocam nestes princípios ou com perspectiva relacionada vide: Buchstein (1997), Barber (2000); Gibson (2001).

quanto estudiosos de modelos mais “acanhados”, ponderam a respeito do alcance do meio e das possíveis transformações na relação entre Estado e cidadania. O que se observa é um debate mais cauteloso que o travado no primeiro momento.

Portanto, mesmo entre os que estimam como positivos os efeitos da internet sobre a esfera política e vêem potencialidades de melhorias efetivas no ambiente democrático, não há mais uma sensação preponderante de possibilidade de ruptura efetiva do sistema político contemporâneo em direção a uma dinâmica que radicalize a participação da esfera civil.

Dito isso, as visões positivas mais frequentes pregam que o emprego das tecnologias da comunicação e da informação poderia possibilitar maior fluxo de informação, reforçar os laços comunitários, revigorar a participação política do cidadão e, por fim, suscitar novas formas de relação entre o público e as instituições do Estado contemporâneo⁸.

148

Bimber (1998), por exemplo, acredita que a internet disponibilizará maior quantidade de informações governamentais e políticas, colocando sobre escrutínio público temas que são de concernência geral, fomentando a transparência nos negócios públicos e gerando um maior envolvimento da população com as questões políticas. Afirma ainda que o meio contribuirá para a descentralização dos meios de comunicação, diminuindo a influência das organizações midiáticas sobre a formação da agenda política e fazendo com que diversos assuntos que não chegariam aos cidadãos sejam debatidos pela sociedade.

⁸ Para conhecer outras pesquisas com viés semelhante vide: Cleaver (1998); Deibert (2000); Bucy e Gregson (2001); Chadwick (2003); Ester e Vinken (2003).

Da mesma forma, Gimmmler (2001) afirma que a internet abriria novas avenidas para a realização de uma democracia mais direta e deliberativa, pois, por meio da interatividade, encorajaria a troca de serviços e informações e a realização de fóruns e conferências online. Os cidadãos poderiam participar diretamente do processo de tomada de decisão e ter influência sobre ele.

Por outro lado, há ainda uma inquietação constante com a mercantilização e comercialização da internet, sem falar da falta de confiabilidade nos dados disponíveis na rede e da falta de diferenciação entre as demandas públicas e as privadas no ciberespaço. Para alguns autores, na melhor das hipóteses, o uso do meio traria mais oportunidades de participação apenas para as atuais elites políticas⁹.

Buchstein é um deles. Embora reconheça as facilidades que a internet pode propiciar, pontua diversos problemas oriundos do uso do meio para fins políticos e, sem dúvida, avalia que os efeitos da internet sobre a democracia seriam preponderantemente negativos.

[...] a internet leva a política para longe de seu habitat público. Preferências sobre assuntos públicos são expressadas literalmente do centro da existência privada. A democracia divorcia-se dos espaços simbólicos de preocupação com o bem comum. A Internet provavelmente irá encorajar juízos privados sobre assuntos públicos e assim erodir a cidadania publicamente orientada (1997, p. 259, tradução da autora).

Outro argumento que o autor apresenta diz respeito à inexistência de controle dos discursos de ódio (*hate speech*) na rede ou de mensagens que contenham posições polarizadas, já que prepondera

⁹ Para conhecer outras pesquisas com viés semelhante vide: Buchstein (1997); Dean (1997); Barnett (1997); Chalaby (2000).

o anonimato (fator que, para outros autores, seria uma garantia de certa isonomia, propiciando debates focados simplesmente na troca de argumentos, sem se levar em conta desigualdades sociais e questões como raça e gênero).

O terceiro grupo de pesquisadores¹⁰, preocupado com a natureza ambígua das TICs, acredita que, embora as tecnologias da comunicação e da informação possam incrementar a participação civil, elas não são intrinsecamente democráticas, podendo levar até mesmo a uma maior centralização do poder. Para eles, os efeitos da internet sobre a esfera política dependerão da organização social do seu uso. De acordo com Papacharissi,

é importante determinar se a internet e suas tecnologias correlatas irão realmente revolucionar a esfera política ou se serão adaptadas ao status quo corrente, especialmente em um momento em que o público demonstra uma atividade política dormente e há um crescente cinismo político (2002, p. 10, tradução da autora).

150

Esta avaliação acerca da ambigüidade do impacto do meio sobre as relações políticas está, em grande parcela, ligada à concepção de “formas de uso”. Contudo, verifica-se que a orientação sugerida por este último conceito é mais clara e sistemática quanto à proposição de uma forma de abordagem do que o que vinha se desenhando nos estudos anteriores. Nesse sentido, a próxima seção dedicar-se-á a exploração desta idéia, que parece frutífera nos caminhos e rumos da pesquisa em ciberdemocracia.

VI. Das formas de uso

Lee Salter (2004) em seu artigo intitulado “*Structure and Forms of Use:*

¹⁰ Para conhecer outras pesquisas com viés semelhante vide: Coleman (1999); Barber (2000); DiMaggio *et al* (2001); Kinder (2002); Downey e Felton (2003).

a contribution to understanding the ‘effects’ of the internet on deliberative democracy” traz importantes subsídios para a discussão acerca da democracia digital e enuncia nitidamente o que, em certa medida, já estava presente em outros trabalhos. Afirma que a internet disponibiliza inúmeras ferramentas que, em si mesmas, não a definem, mas propiciam aos agentes alternativas de como desenvolver e para que fins utilizar o meio. Isto é, seria inócuo avaliar apenas a potência técnica da internet sem se levar em conta que diferentes usos podem ser feitos da tecnologia, a depender de uma série de escolhas a serem tomadas, no que tange a este artigo, pelos atores políticos.

151

Essa perspectiva, chamada “formas de uso” pelo autor, parte da concepção de que as tecnologias são desenvolvidas para atender determinados usos, certas finalidades. A cada uso corresponderia uma necessidade e a cada necessidade, um interesse particular. O pesquisador observa, entretanto, que muitas vezes as tecnologias são elaboradas de modo que podem ser usadas para outros fins que não os previstos. A internet seria um exemplo disso, já que, não obstante a motivação inicial para o seu desenvolvimento tenha sido a criação de um mecanismo de controle militar, isto não explica os modos alternativos de utilização que vemos hoje.

Pressupõe-se, a partir disso, que o novo meio não faz nada sem que as pessoas façam algo com ele. Nesse sentido, o autor indica que uma das formas de uso mais importantes seria a que concerne à interatividade. Não é apenas o fato de uma informação poder ser distribuída facilmente pela rede que interessa e sim como o meio possibilita uma nova forma de geração de informação, na qual o usuário não é mais um recipiente passivo, mas, sobretudo, um participante ativo. Coleman reafirma esta noção ao postular que

[...] a característica distintiva das novas tecnologias da

informação e comunicação (TICs) é a sua capacidade interativa: que, como seguiremos argumentando, muda a relação da comunicação de um modo sem precedente que pode refletir sobre o processo de governar/informar e de ser governado/informado/desinformado (1999, p. 17, tradução da autora).

Contudo, Salter destaca que, embora diferentes “formas de uso” das tecnologias sejam possíveis, a escolha por uma ou outra depende também da adoção destas por agentes de diversas naturezas. Barber faz uma analogia e dá um bom exemplo disso:

Muitos associam a liberdade e individualidade da cultura americana com o automóvel e a tecnologia por trás dele, o motor a combustão. Mas este mesmo motor foi também usado para desenvolver os motores a diesel e o transporte público na Europa. A decisão em investir em transportes públicos ou privados, entre sistemas de trem e sistemas de automóveis, foi uma decisão política, não técnica, e a tecnologia disponível servia a ambos os lados do debate político (2000, p. 3, tradução da autora).

Em termos concretos, isto significa, por exemplo, que, mesmo os governos tendo à disposição uma série de ferramentas que possibilitam uma relação entre cidadão e Estado distinta da possível nos meios de comunicação de massa, tais artifícios nem sempre são adotados de modo a garantir uma maior soberania da sociedade civil. Deste modo, muitos *sites* na rede são utilizados como os tradicionais veículos de comunicação, promovendo informação unidirecional sem se preocupar em acolher, na potencialidade permitida pela internet, as contribuições que cidadãos possam e queiram oferecer¹¹.

152

VII. Considerações

Ante o breve mapeamento apresentado a respeito dos estudos de

¹¹ Vide Bragatto, 2007; Miola e Marques, 2007; Marques, 2007.

democracia digital e as questões explicitadas, pontuam-se aqui algumas considerações acerca da agenda de pesquisa em ciberdemocracia.

Inicialmente, destaca-se que posições polarizadas, como as que observamos no primeiro momento da pesquisa, inspiradas pelo discurso da potência da técnica, tendem a ser superadas. Reconhecem-se os avanços das análises ao longo do tempo, o que dá condições e pressupõe maiores cuidados ao aproximar-se dos objetos de estudo da ciberdemocracia.

Além disso, enfatiza-se que as escolhas quanto aos modelos de democracia que inspiram as análises de ciberdemocracia nem sempre são claramente demarcadas e algumas delas tendem a tomar a parte como o todo. Isto é, o arcabouço teórico escolhido, o modelo de democracia tomado como referência, passa a ser compreendido como a única ou a melhor forma de realização dos ideais democráticos, como se o modelo selecionado fosse sinônimo de democracia e todas as outras possibilidades não referendassem o ideal democrático. O que seria agravado pelo fato de, muitas vezes, as preferências teóricas dos pesquisadores não serem explicitadas – o que acaba por gerar certos automatismos de pressupostos (GOMES, 2007).

Para evitá-los pode-se, por exemplo, tomar o modelo deliberativo de democracia como referência para avaliar o impacto da internet sobre as relações entre Estado e cidadania e explicar que isso significa uma escolha de marco teórico do pesquisador, sem confundir os critérios do modelo com a concepção de democracia *lato sensu*. Fazendo isso, fica explícito que as considerações acerca dos efeitos do meio são tiradas frente às exigências do padrão em questão e não se incorre em generalizações. Isto é diferente de depreender que o modelo em

voga é um conceito equivalente ao de democracia e pressupor que as conclusões do estudo podem ser estendidas para o que se refere à democracia. E é distinto ainda de não explicitar tal escolha e dar a entender que a análise parte simplesmente da concepção de democracia.

Mesmo reconhecendo a amplitude e heterogeneidade da área de estudos em ciberdemocracia e a diversidade de enfoques e de concepções (o que é natural em um campo que recebe atenção de estudiosos de diversas áreas – filosofia política, ciência política, comunicação, sociologia, administração, entre outros – e que trazem em sua bagagem conceitos e noções bem diferentes acerca do que é democracia ou do papel que cabe à participação popular nos governos democráticos, por exemplo), se faz importante frisar que as escolhas não emitidas e, em certa medida, automatizadas, dificultam os avanços e a organização das pesquisas.

154

Para além da enunciação clara das correntes de pensamento a que se filiam os autores, é fundamental a exploração dos modelos de democracia, suas exigências e critérios frente à questão da participação civil nos debates, assim como quais seriam e como se dariam os pontos de contato, isto é, o engate entre Estado e sociedade ou entre os próprios cidadãos.

Como explorado acima, uma forma possível de análise diz respeito ao uso que é feito do meio no que se refere à participação política – a sua *forma de uso*. Isto é viável por meio da exploração das ferramentas e dispositivos oferecidos em determinados tipos de sítios e por certa categoria de agentes. Tal abordagem pode ser uma opção com maior potencialidade de rentabilidade se comparada às altas ou baixas expectativas construídas por teóricos rigidamente filiados a determinados modelos teóricos.

Referências

AGGIO, C.. *Campanhas Online: o percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009*. In: **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 426-445, 2010.

ALMOND, G. A.; VERBA, S.. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. California: Sage, 1989.

BARBER, B. R. *Which Technology for Which Democracy? Which Democracy for Which Technology?* In: **International Journal of Communications Law and Policy**, n. 6, pp. 1-8, 2000.

BARNETT, S. *New Media, Old Problems: new technology and the political process*. In: **European Journal of Communication**, Londres, v. 12, n. 2, p. 193-218, 1997.

BAUDRILLARD, J. *Baudrillard on the New Technologies: an interview with Claude Thibaut*. Disponível em:

<<http://www.uta.edu/english/apt/collab/texts/newtech.html>>. Acessado em: 17 out. 2005.

BEST, S. J.; KRUEGER, B. S. *Analyzing the representativeness of internet political participation*. In: **Political Behavior**, v. 27, n. 2, p. 183-216, 2005.

BIMBER, B. *The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerate Pluralism*. In: **Polity**, v. 31, n. 1, pp. 133-160, 1998.

BOHMAN, J. *Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy*. In: **The Editorial Board of the Sociological Review**, 2004.

BORGIDA, E.; SULLIVAN, J. L.; OXENDINE, A.; JACKSON, M. S.; RIEDEL, E.. *Civic culture meets the digital divide: the role of community electronic networks*. In: **Journal of Social Issues**, v. 58, n. 1, p. 125-141, 2002.

BRAGATTO, R. C. *Participação democrática e internet: uma breve análise dos websites dos governos federais dos quatro maiores países sul-americanos*. In: **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, II, Belo Horizonte, 2007.

BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. *A internet como objeto de estudo: balanço da literatura e uma agenda de pesquisa*. In: **Seminário Nacional Sociologia & Política**, Curitiba, 2011.

BRANTS, K. *Politicis is E-verywhere*. In: **Communicatons**, v. 27, p. 171-188, 2002.

BUCHSTEIN, H. *Bytes that Byte: the Internet and Deliberative Democracy*. In: **Constellations**, Oxford, v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997.

157

BUCY, E. P.; GREGSON, K. S. *Media Participation: a legitimizing mechanism of mass democracy*. In: **New Media & Society**, v. 3, n. 3, p. 357-380, 2001.

CHADWICK, A. *Bringing e-democracy back in: Why it matters for future research on e-governance*. In: **Social Science Computer Review**, Londres, v. 21, n. 4, p. 443-455, 2003.

CHADWICK, A. *Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance*. In: **A journal of Law and Policy for the information society**. n. 5, v. 1, p. 9-41, 2009.

CHALABY, J. K. *New media, new freedoms, new threats*. In: **Gazette**, Londres, v. 62, n. 1, p. 19-29, 2000.

CLEAVER, H. M. *The zapatista effect: the Internet and the rise of an alternative political fabric*. In: **Journal of International Affairs**, v. 51, n. 2, p. 621-640, 1998.

COLEMAN, S. *Can the new Media Invigorate Democracy?* In: **Political Quarterly**,

Oxford, v. 70, n.2, p. 16-22, 1999.

DAHLBERG, L. *Democracy via cyberspace: Mapping the rhetorics and practices of three prominent camps*. In: **New Media & Society**, v. 3, n. 2, pp. 157-177, 2001.

DAHLGREN, P. *The Internet, Public Spheres, and Political Communication: dispersion and deliberation*. In: **Political Communication**, v. 22, p. 147-162, 2005.

DEAN, J. *Virtually Citizens*. In: **Constellations**, Oxford, v. 4, n. 2, p. 264-281, 1997.

DEIBERT, R. J. *International Plug'n Play? Citizen activism, the Internet and global public policy*. In: **International Studies Perspectives**, Oxford, v. 1, p. 255-272, 2000.

DIAS, C. A. *Governo eletrônico: definições, características, potenciais benefícios, desafios e tipos de avaliação*. In: CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA APLICADA AO GOVERNO ELETRÔNICO, II, 2005, Florianópolis – Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: Digital Ijuris, 2005. p. 101-114. Disponível em:

<<http://www.i3g.org.br/editora/livros/conegov2005anaais.pdf>>. Acesso em: 20/07/08.

DIMAGGIO, P.; HARGITTAI, E.; NEUMAN, W. R.; ROBINSON, J. P. *Social Implications of the Internet*. In: **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 307-336, 2001.

DOWNEY, J.; FELTON, N. *New media, counter publicity and the public sphere*. In: **New Media & Society**, Londres, v. 5, n. 2, p. 185-202, 2003.

ECO, U. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

EISENBERG, J. *Internet, Democracia e República*. In: **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n.3, pp. 491-511, 2003.

ESTER, P.; VINKEN, H. *Debating civil society: On the fear for civic decline and hope for the Internet alternative*. In: **International Sociology**, Londres, v. 18, n. 4, p. 659-680,

2003.

FERBER, P.; FOLTZ, F.; PUGLIESE, R. *The Internet and public participation: state legislature web sites and the many definitions of interactivity*. In: **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 25, n. 1, p. 85-93, 2005.

FERBER, P.; FOLTZ, F.; PUGLIESE, R. *Cyberdemocracy v. Egovernment: the degree of interactivity on state legislative websites*. In: Paper prepared for delivery at the **2004 Annual Meeting of the American Political Science Association**, Chicago, 2004.

GARCIA, T. H. B. *O estado-da-arte (sic) do governo eletrônico no Brasil*. In: CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA APLICADA AO GOVERNO ELETRÔNICO, II, 2005, Florianópolis – Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: Digital Ijuris, 2005. p. 79-85. Disponível em:

<<http://www.i3g.org.br/editora/livros/conegov2005anais.pdf>>. Acesso em: 20/07/08.

159

GIBSON, R. *Elections Online: Assessing Internet voting in light of the Arizona democratic primary*. In: **Political Science Quarterly**, v. 116, n. 4, p. 561-583, 2001.

GIMMLER, A. *Deliberative democracy, the public sphere and the internet*. **Philosophy & Social Criticism**, Londres, v. 27, n.4, pp. 21-39, 2001.

GOMES, W. *Democracia Digital: Que Democracia?* In: **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, II, Belo Horizonte, 2007.

GRAHAM, T.; WITSCHGE, T. *In search of online deliberation: Towards a new method for examining the quality of online discussions*. **Communications**, n. 28, pp. 173-204, 2003.

HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. *Introduction*. In: **Radio Juris**, v.12, n. 4, p. 329-335, 1999.

HELD, D. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HENG, M. S. H.; MOOR, A. de. *From Habermas's communicative theory to practice on the internet*. In: **Information Systems Journal**, v. 13, pp. 331-352, 2003.

KAKABADSE, A.; KAKABADSE, N.; KOUZMIN, A. *Reinventing the democratic governance project through information technology? A growing agenda for debate*. In: **Public Administration Review**, v. 63, n. 1, p. 44 - 60, 2003.

KINDER, T. *Vote Early, Vote Often: tele-democracy in european cities*. In: **Blackwell Publishers**, Oxford, v. 80, n. 3, p. 557-582, 2002.

KLEIN, H. K. *Tocqueville in cyberspace: Using the Internet for citizen associations*. In: **The Information Society**, v. 15, p. 213-220, 1999.

LEMOES, A. *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEVY, P. *As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1995.

LEVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MALINA, A. *Community networking and perceptions of civic value*. In: **Communications**, v. 27, p. 211-234, 2002.

MARQUES, F. P. J. A. *Níveis de Participação dos Cidadãos na Internet: Um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos*. In: **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós- Graduação em Comunicação**, XVI, Curitiba, 2007.

MIOLA, E.; MARQUES, F. P. J. A. *Instituições Legislativas e o Oferecimento de Oportunidades de Participação Através da Internet*. In: **Jornada de Comunicação e Democracia**, IV, Belo Horizonte, 2007.

MITRA, A.; WATTS, E. *Theorizing cyberspace: the idea of voice applied to the Internet discourse*. In: **New Media & Society**, Londres, v. 4, n. 2, p. 259-283, 2002.

NEGROPONTE, N. **Vida Digital**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

NETCHAEVA, I. *E-government and e-democracy: a comparison of opportunities in the North and South*. In: **Gazette**, Londres, v. 64, n. 5, p. 467-477, 2002.

NORRIS, P. *Digital divide: civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001.

161

NORRIS, P. *Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites*. In: **Party Politics**, Londres, v. 9, n. 1, p. 21-45, 2003.

OLIVEIRA, T. P. S. de; SEABRA, F.; HOESCHI, H. C. *Sistema de Apoio a Tomada de Decisão e o Exercício da E-Cidadania: Uma Abordagem ao Planejamento Público Municipal*. In: **Conferência Sul-Americana em Ciência e Tecnologia aplicada ao Governo Eletrônico**, IV, 2008, Palmas – Tocantins. Disponível em:

<http://www.i3g.org.br/conegov/portugues/artigos_aprovados.html>. Acesso em: 20/07/2008.

PAPACHARISSI, Z. *The Virtual Sphere: the Internet as a Public Sphere*. In: **New Media & Society**, Londres, v. 4, n. 1, p. 9-27, 2002.

PAPACHARISSI, Z. *Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups*. In: **New Media & Society**, Londres, v. 6, n. 2, p. 259-283, 2004.

PORTE, T. M. La; DEMCHAK, C. C.; JONG M. De. *Democracy and bureaucracy in the age*

of the web: Empirical findings and theoretical speculations. In: **Administration & Society**, v. 34, n. 4, p. 411-446, 2002.

RHEINGOLD, H., *A Comunidade Virtual*. Lisboa: Editora Gradiva, 1996.

ROSNEY, J. de. *O Homem Simbiótico*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROTHERBERG, D. *Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica.* In: **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 149-172, 2008.

ROVER, A. J. *Governo eletrônico: uma introdução.* In: CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA APLICADA AO GOVERNO ELETRÔNICO, II, 2005, Florianópolis – Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: Digital Ijuris, 2005. p. 53-64. Disponível em:

<<http://www.i3g.org.br/editora/livros/conegov2005anais.pdf>>. Acesso em: 20/07/08.

162

SALTER, L. *Structure and Forms of Use: a contribution to understanding the 'effects' of the Internet on deliberative democracy.* In: **Information, Communication and Society**, v. 7, n. 2, p. 185 – 206, 2004.

SANDER, T. H. *E-associations? Using technology to connect citizens: The case of meetup.com.* In: **American Political Science Association**. Washington, 2005.

SILVA, S. P. da. *Política e Ciberespaço: graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras.* 198 f. **Dissertação (Mestrado em Comunicação)** – Faculdade Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

THOMAS, J. *Liberal Machines.* In: **American Behavioral Scientist**, Londres, v. 43, p. 1548 – 1560, 2000

VEDEL, T. *The idea of electronic democracy: origins, visions and questions.* In:

Parliamentary Affairs, n. 59, v. 2, p. 226-235, 2006.

VIRILIO, Paul. *Cibermundo: A Política do Pior*. Lisboa: Teorema, 2000.

WELLMAN, B.; HASSE, A. Q.; WITTE, J.; HAMPTON, K. *Does the Internet increase, decrease, or supplement social capital? Social networks, participation, and community commitment*. In: **American Behavioral Scientist**, v. 45, n.3, p. 436-455, 2001.

WIKLUND, H. *A habermasian analysis of the deliberative democratic potencial of ICT-enabled services in Swedish municipalities*. In: **New Media & Society**, Londres, v. 7, n. 2, p. 247 – 270, 2005.

WITSCHGE, T. *Online Deliberation: Possibilities of the Internet for Deliberative Democracy*. **Paper submitted to Euricom Colloquium Eletronic Network & Democratic Engagement**. 2002.

163



COMPOLÍTICA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE PESQUISADORES EM
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Presidente: Luciana Veiga (UFPR)
Vice-Presidente: Alessandra Aldé (UERJ)
Secretário Executivo: Ricardo Fabrino (UFMG)
Editora-Chefe: Alessandra Aldé (UERJ)
Subeditores: Marco Roxo (UFF) e Viktor Chagas (UFF)

<<http://compolitica.org/revista>>

A Revista Compolítica é uma revista eletrônica da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Com periodicidade semestral, sua proposta é difundir a produção acadêmica relacionada às interfaces desses campos de estudo.

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

BRAGATTO, Rachel C. *Democracia e internet: apontamentos para a sistematização dos estudos da área*. In: **Revista Compolítica**, n. 2, vol. 2, ed. setembro-outubro, ano 2011. Rio de Janeiro: Compolítica, 2011.

